

O Planejamento Regional: integrar para desintegrar

Rosângela Resende Rocha¹ & Alexandrina Luz Conceição²

¹Núcleo de Geografia/Campus de Itabaiana. Universidade Federal de Sergipe- zanzaufs@hotmail.com

²Núcleo de Pós Graduação de Geografia. Universidade Federal de Sergipe- aluz@oi.com.br

(Recebido em 03 de janeiro de 2009; aceito em 28 de janeiro de 2009)

O presente estudo tem por finalidade fazer uma discussão sobre o papel do planejamento para a consolidação de um espaço voltado ao capital. Com este objetivo destaca-se o caso nordestino a partir da análise teórica direcionada a abordagem regional. Procura-se neste sentido desmistificar as reais intenções do planejamento como promotor do desenvolvimento regional, demonstrando o caráter ideológico do discurso de desenvolvimento aplicado na região nordestina do Brasil. É notório observar que o planejamento aplicado na realidade nordestina teve um papel importante na criação de pólos industriais prevendo um projeto de integração nacional por outro lado deixou a desejar no que se refere ao seu objetivo de amenizar as desigualdades e gerar o desenvolvimento.

Palavras-chave: planejamento, desenvolvimento regional, indústrias.

The present study has as purpose to do a discussion about the role of the planning to the consolidation of a space returned to the capital. With that objective, it is stood out the Northeastern case, from the theoretical analysis addressed to a regional approach. It is sought in this sense to demystify the real intentions of the planning as promoter of the regional development, like this showing the ideological character of the applied development in the Northeastern area of Brazil. It is well-known to observe that the applied planning in the Northeastern reality had an important role in the creation of industrial poles foreseeing a project of national integration, on the other hand it was not enough in what refers to its initial role of softening the inequalities and to generate development

Keywords: regional planning, development, industries

1. INTRODUÇÃO: O PLANEJAMENTO E A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

A ideologia do desenvolvimento traduziu os interesses incluídos na agenda da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), de uma industrialização que atingisse áreas consideradas tradicionais, atrasadas e que precisavam desenvolver. As propostas que decorreram ao longo do tempo representavam críticas a todo sistema agroexportador enfocando a importância de uma economia industrial. A situação era a de que nações que apresentavam resquícios e que ainda eram coloniais precisavam adequar-se ao novo: e o novo significava a industrialização.

A situação diagnosticada pela CEPAL acabou por conduzir toda uma política de planejamento que definiria a expansão do capital industrial no Brasil. Os fundamentos ideológicos do discurso de desenvolvimento brasileiro passaram a envolver uma disputa mascarada de controle social relacionada às idéias políticas de domínio industrial.

É após a Segunda Guerra Mundial que se tem uma maior preocupação com os “problemas do espaço”. O capital estabelecia como meta a superação do “estágio de subdesenvolvimento” via integração ao mercado exterior, através de investimentos diretos e crescimento do consumo. Neste sentido a condição do ser desenvolvido

significava a destruição de uma economia de base agrícola, de bens primários de produção. O subdesenvolvimento passa a ser visto como uma etapa transitória para o desenvolvimento, desse modo as diferenças existentes entre as nações, regiões e lugares não eram vistas como decorrentes da dominação, mas vistas como resultado da superação desse subdesenvolvimento.

Nestes respectivos debates a indústria e a tecnologia passa a ser foco de atenção, vistas como responsáveis pelo progresso e desenvolvimento das nações. Dessa forma o aumento quantitativo da produção é considerado como a possibilidade de haver crescimento econômico e conseqüentemente gerar o desenvolvimento. Essas abordagens centram-se no crescimento econômico, considerando o processo de desenvolvimento a partir de estágios que necessitam ser alcançados para a ascendência das sociedades industriais.

Explicando esses aspectos Pereira (1972), considera que uma sociedade basicamente tradicional de crescimento econômico fornece as bases para o posterior desenvolvimento. Assim uma das barreiras que impedia o desenvolvimento estava no fato da existência de um setor produtivo defasado que para reerguer necessitava de uma compreensão mais acurada das diferenças existentes entre as sociedades tradicionais e as sociedades mais avançadas. Atacando o setor produtivo atrasado e incorporando o moderno é que seria possível o equilíbrio das nações tradicionais. Nessa acepção toda resistência às inovações em determinadas sociedades eram consideradas como responsáveis pelo não desenvolvimento das nações.

Nesta conjuntura, todo o discurso do desenvolvimento regional (LISBOA, 2007) tinha o objetivo de reorganizar o espaço desigualmente dividido entre pobreza e riqueza. Como afirma Conceição (2001), industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento passam a ser compreendidos como unidade do mesmo processo, funcionando como reação em cadeia.

Os estudos sistemáticos propostos para corrigirem as distorções, pobreza e riqueza, tiveram na Geografia, diversos estudiosos principalmente na França com a constituição da formação da “Geografia Aplicada”. Entre esses, destacaram-se: Beajeau Garnier, P. Deffontaines, Pierre George, M. Rochefort e Jean Tricart. Os dois últimos citados estabeleceram vários intercâmbios com o Brasil, inclusive com os estados de Sergipe e a Bahia, principalmente neste último, onde resultaram, com o geógrafo Milton Santos, diversas pesquisas, objetivava-se “passar da interpretação dos componentes da paisagem para a atitude da utilização do conhecimento da organização do espaço” (CONCEIÇÃO, 2001 pág. 23) - conhecer para intervir.

A ideologia do desenvolvimento nacional que se inicia após a 1ª e 2ª Guerras Mundiais parte da perspectiva de se criar um espaço onde a tecnologia e a indústria seriam pontos considerados eficazes na busca da superação do subdesenvolvimento. Neste sentido, o projeto nacional era o de criar um ambiente propício à acumulação do capital através de uma articulação espacial. Na procura de tornar rápida a circulação do capital o processo produtivo foi adaptado ganhando um novo perfil favorável aos interesses dos projetos nacionais de poder (ibidem).

Como expressão dos interesses do capital em ascendência, as políticas públicas tomaram um rumo que combinou indústria e desenvolvimento. Neste contexto toda a ideologia do desenvolvimento parte de políticas públicas nitidamente de caráter capitalista. Há um esforço em criar condições internas para realizar um avanço do capitalismo a partir da indústria, tal fato passa a justificar os empreendimentos em todo país em construir rodovias, para facilitar o acesso aos lugares onde iam serem instaladas algumas empresas.

A acumulação de capital desenhou uma nova configuração espacial intimamente ligada aos interesses ideológicos representados por uma burguesia industrial nascente. As propostas de desenvolvimento revelaram os interesses prevalecentes da elite industrial contando com o apoio do Estado. Significava estabelecer condições para que as indústrias pudessem instalar-se em vários pontos do país, através de políticas direcionadas ao setor industrial. É o Estado quem cria um espaço para o capital, operacionalizando o modo de produção capitalista através do planejamento. Esse papel assumido pelo Estado se materializa através de um discurso voltado a um caráter assistencialista e equalizador identificado com a burguesia industrial.

O Estado neste contexto passa a ser o sujeito do planejamento desenvolvimentista, conforme os interesses da burguesia industrial, este estabelece o suposto estilo de desenvolvimento através de seus agentes econômicos e sociais. O planejamento, por meio do Estado, implicou na aplicação de medidas políticas que permitiu o avanço do capitalismo através de um discurso direcionado a redução das desigualdades.

O projeto de desenvolvimento nacional significaria uma política de controle social a favor da acumulação de capital que permanecesse nas mãos da burguesia do país. Conforme Fernando Pedrão (2004) a proposta de desenvolvimento nacional assume dois papéis fundamentais: o de recuperação do país, do desastre causado pela economia agroexportadora, pela crise de 1930 e a busca de uma proposta alternativa às indicações das potências hegemônicas.

Para Bezzi (2004), uma política de desenvolvimento regional visa, sobretudo, conduzir conciliação entre possibilidades de utilização máxima dos recursos. O Estado procura se constituir como soberano intervindo acima dos setores e grupos sociais ou de toda sociedade e a região adquire um papel de base da legitimação onde se processa o foco de relações de poder. Assim o Estado através de sua atuação se expressa como um controlador das regiões criadas por ele próprio.

A ideologia do desenvolvimento no Brasil surgiu como um movimento de estabelecimento de poder que tinha interesse capitalista criando sucessivas alianças que sustentavam todo um projeto industrial. O aparecimento de interesses econômicos possibilitou uma polarização de indústrias em determinados lugares, nesse caso representando a formação de um espaço destinado à expansão do capital. A noção de complexo industrial teve uma valorização à medida que as políticas públicas direcionavam-se à sua construção como forma de superar o subdesenvolvimento. Assim no plano nacional as políticas públicas apoiando o setor industrial eram consideradas como tentativas focalizadas ao desenvolvimento.

Com a implantação do Estado militarista brasileiro na década de 1964, os governos assumem o discurso da política de correção da desigualdade do território brasileiro, através da ideologia de desenvolvimentista do modelo da Teoria dos Pólos pela aplicação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. O discurso do Governo era da necessidade de uma Política de Integração Nacional que viesse unificar o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte agrário subdesenvolvidos, através da instalação de “pólos industriais” a fim de dinamizar e estimular a economia local para atingir o “dinamismo” do Sudeste e do Sul em desenvolvimento.

As políticas públicas tiveram o seu papel de direcionar e executar as tarefas do modelo de industrialização imposto pela sociedade capitalista. Para Oliveira (1993) o planejamento no Brasil só veio contribuir para o projeto integracionista brasileiro que teve como meta atacar o setor industrial, daí a construção de “pólos de desenvolvimento” a fim de corrigir as consideradas “disparidades regionais”. O autor mostra que o planejamento emerge como uma forma de intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que tomam a

aparência de conflitos inter-regionais. O planejamento em sua concepção não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou como afirma esse autor, rumo à integração nacional.

2. A CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO A SERVIÇO DO CAPITAL NA REGIÃO NORDESTINA

O eixo central focado nas políticas de desenvolvimento era constituído pelo objetivo da equidade traduzido como redução das desigualdades. Entretanto, o que se observou ao longo do tempo foi a montagem e ampliação de uma base econômica, cuja estrutura produtiva pudesse competir no mercado nacional e internacional. As políticas regionais brasileiras se voltaram para as regiões consideradas periféricas, ou melhor, atrasadas e com elevado nível de pobreza. Considerou-se que as áreas onde não havia um dinamismo, onde o subdesenvolvimento predominava deveriam incorporar um setor produtivo dinâmico. O discurso regionalista que vigorava era aquele pautado em desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas, a fim de transformá-las em centros promissores.

Segundo a análise Cepalina houve um aprofundamento nas distâncias econômicas e sociais entre a região Sudeste que teve um rápido processo de expansão industrial, e a região Nordeste que estava com sua economia estagnada, sendo considerada como uma das áreas de maior pobreza em nível mundial. Tratava-se antes de tudo de afirmar que a economia nordestina deveria recuperar-se diante da crise do complexo agroexportador baseado na produção da cana-de-açúcar. É importante observar que desde a década de 1950 as políticas formuladas pelo Estado passaram a serem integradas às questões regionais como uma estratégia que fosse válida para o país como um todo.

Diante disso a industrialização era apresentada como elemento determinante na procura das políticas do Estado, tendo como sugestão uma transformação na organização da agricultura. A industrialização era vista como a “única solução eficaz” para o combate das distorções regionais, acabando com o atraso. O setor industrial atendendo às necessidades impostas pelo mercado deveria, antes de mais nada, alavancar a economia nordestina, ou seja, conduzir o desenvolvimento. Nesse quadro as políticas públicas seriam o veículo condutor para incentivar esse setor que ainda estava engatinhando, dando os seus primeiros passos.

É a partir do paradigma Cepalino¹ que será estabelecida a lógica do desenvolvimento capitalista, em particular o caso nordestino. Quanto a essa questão Oliveira (1987) comenta que o modelo Cepalino foi o pressuposto para o avanço do capitalismo em território brasileiro, através de uma lógica desenvolvimentista.

O Nordeste torna-se objeto de estudo do modelo Cepalino por ser considerado como um centro de diversas “disparidades” entre elas a enorme diferença de renda com o Centro-Sul. Quanto a essa questão Oliveira (1987) afirma que as políticas voltadas ao atraso nordestino não passam de um discurso ideológico definido como “Operação Nordeste” visando senão a propagação do sistema capitalista. Segundo o autor essa visão de achar o Nordeste o centro de disparidades era apenas uma forma de mascarar a busca de uma homogeneização. Conforme Oliveira (1987) a economia nordestina fica totalmente definida como subdesenvolvida dentro do modelo teórico da CEPAL. Segundo o autor em nível da ideologia “desenvolvimentista” foi o modelo da CEPAL

¹ Na concepção Cepalina o conceito de desenvolvimento tem na industrialização sua principal mola propulsora.

que forneceu as bases para a industrialização. A CEPAL assumiria um papel decisivo de incentivar a criação de um espaço propício para que o capital pudesse se reproduzir, assim a ideologia desenvolvimentista seguiria os seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização seria a forma de superar a pobreza e o subdesenvolvimento brasileiro; b) A industrialização não se daria de forma espontânea por isso é necessário que o Estado planeje; c) os planejamentos deveriam direcionar a expansão de outros setores, inclusive a agricultura, para isso o Estado deve orientar os recursos.

Na visão desenvolvimentista da época, o Nordeste acaba recebendo a influência advinda da idéia de crescimento econômico do país. Grosso modo, alguns estados do Nordeste instalaram “pólos industriais” a fim de dinamizar e estimular a economia local. Vale ressaltar que a industrialização era apresentada como o elemento central da proposição das políticas do Estado, como meio de transformar a organização da agricultura e, por conseguinte, do quadro existente no Nordeste. A industrialização, aliás, era vista como a “única solução” para combater o atraso do Nordeste.

Das influências das políticas públicas resultou uma transformação espacial, devido à propagação das modernizações que desarticularam o espaço historicamente construído. Assim surgem pontos considerados privilegiados detentores de uma capacidade de gerar capital. Com recursos naturais abundantes tais pontos passariam a ser estratégicos para a acumulação do capital.

Dessa forma foram criados os chamados “pólos de desenvolvimento” que recebiam isenções a fim de favorecer a localização de indústrias em determinadas regiões, objetivando atenuar os desníveis entre elas. Isso significou a busca de investimentos de grandes empresas para se implantarem em locais considerados pela política de planejamento como excelentes.

A teoria dos pólos de desenvolvimento, de François Perroux, foi durante muito tempo utilizada como suporte para o planejamento regional no Brasil. Esta teoria enfocava que o desenvolvimento não se daria de forma difusa por todo espaço de um país, só se manifestando em alguns pontos chamados de Pólos. Porém este desenvolvimento segundo esta teoria seria determinado pela presença de uma indústria motriz que propagasse o seu eixo de relações sobre o espaço, estabelecendo redes interconectadas umas com as outras.

Segundo Andrade (1970) na concepção teórica de Perroux a presença de uma indústria motriz atrairia outras indústrias provocando a concentração de capitais, criando um pólo dinâmico de uma dada região. Esse pólo por sua vez provocaria na concepção de Perroux profundas mudanças sociais, à medida que aumentaria a renda per capita, sendo chamadas de pólos de desenvolvimento. Na análise de Perroux os pólos de desenvolvimento seriam às vezes espontâneos, mas na maioria das vezes planejado.

Para Perroux o pólo de desenvolvimento não existe como uma unidade isolada, mas está ligado à sua região pelos canais, por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações, constituindo elos de ligações. Estes pólos se originariam através da instalação de uma indústria motriz, de efeito de arraste, que com sua força centrípeta atrairia outras indústrias (ANDRADE, 1970, 1988). O pólo de desenvolvimento é constituído por um conjunto de unidades motrizes que exercem efeitos geradores com relação a outro conjunto econômico (Perroux apud Santos, 2003 pág. 80).

Após a 2ª Guerra Mundial essa teoria, como já afirmado, foi utilizada como forma de corrigir as chamadas distorções existentes entre os países. Utilizou-se como argumento que, através da construção de pólos industriais haveria uma alteração nos níveis econômicos e sociais, permitindo o desenvolvimento. Neste contexto as políticas

públicas voltaram-se exclusivamente ao objetivo de incentivar a industrialização e a criação de pólos industriais, os chamados complexos industriais.

Por outro lado, atrelado a esse processo de industrialização estava entrelaçada a idéia de modernização. A agricultura passa a se modernizar e conseqüentemente há uma busca de criar pólos industriais destinados a produzir fertilizantes para serem empregados nas lavouras.

O setor industrial deveria funcionar como o elemento dinâmico da economia nordestina conduzindo ao desenvolvimento da região, assumindo o papel desempenhado em épocas anteriores pela atividade agroexportadora. O objetivo central seria investir no setor industrial visando criar no Nordeste um centro de expansão industrial mediante o incentivo das indústrias de bases atreladas ao aproveitamento de recursos minerais disponíveis. Quanto às indústrias de base o destaque foi dado à exploração de minerais destinados a produção de fertilizantes esperando uma expansão desse setor, porém também estimulou a exploração de calcário responsável pela produção de cimento.

A indústria implantada no Nordeste desempenhou o papel de fornecedor de insumos industriais para serem transformados em outras regiões, especificamente na região Sudeste. O parque industrial criado no Nordeste serviria como um complemento industrial para as outras regiões do país. Essa mudança resultava em uma integração econômica das regiões, através do comando do capital.

A partir da utilização de recursos locais o Estado deu prioridade à produção de insumos básicos criando desse modo um projeto destinado à criação de pólos industriais que na época eram considerados como geradores do desenvolvimento à medida que era considerado fator proporcionador de geração de emprego ao mesmo tempo “eliminando a fome e a pobreza nordestina. Assim houve a criação do pólo PETROQUÍMICO (BA), do pólo CLOROQUÍMICO (BA), do pólo CLOROQUÍMICO (AL), do pólo CLOROQUÍMICO (SE)² culminando na formação o Eixo Químico do Nordeste.

Neste contexto foi dada uma maior ênfase ao setor industrial, particularmente para certas indústrias consideradas inovadoras e propulsoras. Estas indústrias segundo o discurso apresentado pelo Estado exerceriam “efeitos de arrastes” sobre outras indústrias. Assim, o setor dinâmico atrairia novas indústrias fornecedoras e compradoras de insumos, formando um complexo industrial caracterizado por um elevado grau de concentração industrial e populacional e ainda pela elevada interdependência existente entre as indústrias. Esse complexo não teria somente repercussões no setor terciário, mas também no setor primário. A formação desses complexos geraria o desenvolvimento regional, amenizando as diferenças regionais.

Neste contexto o planejamento regional expressa o novo papel assumido pelo Estado de produzir um espaço integrado a serviço do capital. Neste sentido o planejamento é considerado a forma mais precisa de produção de um espaço destinado ao capital e para isso a região Nordeste foi utilizada para atender a esse fim.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essencialmente o que caracterizava o Estado brasileiro no pós-guerra era seu caráter de promotor de crescimento econômico embora enfatizasse que a prioridade era solucionar o subdesenvolvimento. Não havia um Estado preocupado em transformar às

² É importante ressaltar os trabalhos de Rosângela Rezende Rocha (ROCHA, 2004 e 2007) sobre a implantação dos Pólos de Desenvolvimento no Nordeste, na especificidade o caso de Sergipe, tendo como estrutura da sua implementação os discursos governamentais inscritos no interesse de classe e travestidos em nome do público a partir da consolidação de Políticas Públicas locais e nacionais.

relações de desigualdades da sociedade. O Estado que logrou foi aquele que alegava traçar benefícios a sociedade. Na procura de solucionar o atraso: o subdesenvolvimento, não era de interesse alterar a estrutura que vigorava e dominava. Sua grande marca era consolidar o processo de industrialização imprimindo uma lógica de que para superar as disparidades sociais deveriam contar com o apoio deste setor.

Desde a ruptura do modelo agrário exportador optou-se pela industrialização como forma de solucionar os desníveis existentes, o que na verdade representava a procura apenas de acirrar a entrada do capital no espaço brasileiro, permitindo sua reprodução. A grande tarefa do Estado era impregnada de valores ideológicos a fim de consolidar esse processo de industrialização fazendo do Brasil uma grande potência industrial a nível mundial, assim o objetivo era apenas de ordem econômica. Havia uma postura de construção para competir com outros países, através de um discurso de desenvolvimento.

O Estado desempenhava a função de promover a acumulação a partir do setor industrial, isso é evidenciado na formulação de políticas que eram implementadas e que sempre estavam dando prioridade a esse setor. A essência das políticas públicas estava voltada para promover o crescimento econômico, através do setor industrial, mesmo afirmando que elas tinham o papel de resolver as desigualdades regionais e possivelmente os problemas que a população pobre enfrentava³.

Para Tânia Bacelar (2000) se olharmos a história recente dos anos de 1960 a 1990, as políticas regionais e políticas sociais são apenas meros apêndices, não sendo o centro das preocupações das políticas públicas. Conforme a autora tanto as políticas sociais como as políticas regionais, o corte é predominantemente compensatório porque o ponto central sempre foi econômico. Até a política agrícola sempre foi subordinada a política industrial exportadora visando apenas à acumulação do capital.

Desse modo a política industrial era quem chefiava e as políticas agrícolas estariam nos objetivos da política industrial. Esta sim sempre prevaleceu como núcleo central das políticas públicas. As políticas sociais e regionais aplicadas no país estariam nesse contexto, fazendo parte de uma política inerente ao setor industrial (Bacelar, 2000). O Estado dentro dessa lógica desenvolvimentista patrocinava a industrialização, a fim de obter o crescimento econômico, ou melhor, o lucro.

Neste contexto o problema da pobreza vai ser descartado com destreza sendo deixada de lado e só passou a ser analisado em virtude do aumento da produção. Sob o ponto de vista do capitalismo a pobreza só seria solucionada a partir do momento que o indivíduo passasse a ser inserido na produção, pois só assim ele poderia adquirir os bens necessários a sua sobrevivência. Dentro desta perspectiva capitalista, a pobreza deixaria de ser um problema de uma maioria para ser o de uma minoria, ou melhor, daqueles que não pretendiam participar do processo de produção.

As políticas sociais e as econômicas não seguiram linhas diferenciadas, juntas serviram para fortalecer o mercado. Dada a existência do poder do mercado, as políticas sociais fortaleceram a capacidade econômica. É fácil perceber que as políticas vão atender ao nível de demanda e não a real superação do atraso e da miséria. À luz do capitalismo não seria viável criar políticas que não tivessem cunho expansionista, uma vez que o sistema capitalista foi declarado como o absoluto, os únicos problemas a serem resolvidos eram aqueles relacionados à tecnologia como complemento da

³ A leitura de Neil Smith. O Desenvolvimento Desigual focaliza a discussão da teoria de Leon Trotsky do desenvolvimento Desigual e Combinado, o que permite observar o caráter contraditório do discurso da integração regional como medida escalar para solucionar as desigualdades regionais (ver referências bibliográfica).

produção. As alternativas socialistas foram rejeitadas em nome de um progresso técnico e industrial.

A exploração e o gerenciamento dos recursos representavam na perspectiva capitalista o mais difícil desafio, pois significaria a continuidade do avanço mundial do capitalismo. A verdade sobre as políticas públicas era evidentemente uma questão de priorizar as bases técnicas favoráveis à industrialização incentivando alguns setores-chave da economia. Tais setores deveriam ser mantidos em funcionamento servindo de base de apoio para o capital.

Na verdade foi esta prosaica consideração que vigorou e motivou toda uma política, que transformou as indústrias em empresas lucrativas. Quanto ao exemplo dos pólos industriais reagiu positivamente no sentido de tornar mais lucrativos os grandes investimentos dos grandes industriais e grandes proprietários de terras. Assim, a questão real não é o compromisso com a amenização das desigualdades, mas sim com a ideologia em nome da técnica e de uma superioridade do capitalismo, produzindo um espaço propício para a expansão e a reprodução ampliada do capital.

Para Mészáros (2004: 134) transformar a miséria humana do desemprego em um dos tecnicismos do gerenciamento do rápido “crescimento econômico” era característica do clima ideológico dominante. A preocupação real é claro não era a favor do indivíduo enquanto pessoa humana, mas enquanto força de trabalho.

Diante do exposto observa-se que o planejamento regional tem sido utilizado como um instrumento legitimador de uma sociedade capitalista. Sob a ótica do processo de acumulação do capital e da homogeneização há uma proposta de examinar os desequilíbrios regionais e solucioná-los, porém o planejamento não gerou uma igualização dos níveis de vida, mas sim a igualização das condições de produção através de uma integração do espaço. O planejamento foi o sustentáculo da hegemonia burguesa assumindo uma forma do Estado intervir e forçar uma “homogeneização”.

Sob o disfarce de promotora de desenvolvimento, as políticas públicas para o Nordeste, como forma de planejamento não tiveram outra função senão gerar o crescimento econômico, sob a égide do Estado como organizador do espaço em parceria com as empresas capitalistas. Assim podemos constatar que o planejamento regional como foi colocado anteriormente não veio a gerar o desenvolvimento. Mas sim veio a ser posto em prática para atender apenas os fins do Estado e da burguesia industrial através de uma ideologia desenvolvimentista (ROCHA, 2007).

Como salienta Oliveira (1987) não é o planejamento que planeja o capitalismo mais é o capitalismo que planeja o planejamento. Neste contexto há uma necessidade de reavaliar o papel da política regional, ou melhor, o caráter do planejamento desenvolvimentista. É preciso conhecer o que está por traz deste, para não cairmos numa profunda escuridão sem conseguirmos discernir o real do irreal. É preciso desvendar todos os mistérios, e retirar todas essas sombras que ofuscam a verdadeira realidade que impõe o planejamento regional na região Nordeste.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1970. ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. Recife: Ática, 1988.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e Urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: Uma (re)visão historiográfica - da gênese aos novos paradigmas**. UFSM, 2004.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. “O novo não se inventa, descobre-se”. *in.*: (org) CARLOS, A. F, **Ensaio de Geografia Contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 2001.

LISBOA, Josefa. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese de doutorado, NPGeo/UFS, 2007.

- MESZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**, tradução de Paulo Cezar Castanheira, São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 5^a ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- PEDRÃO, Fernando. A ideologia do desenvolvimento Nacional e as perspectivas do capital internacionalizado. In: **Revista de desenvolvimento econômico**. Salvador: UNIFACS, 2004.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- ROCHA, Rosângela Resende. **As políticas públicas de desenvolvimento regional e a espacialização da miséria: O caso do município de Rosário do Catete/ Sergipe**. Monografia defendida no Departamento de Geografia/UFS, Campus de São Cristóvão/ SE, 2004.
- ROCHA, Rosângela Resende. **As políticas públicas de desenvolvimento regional no Baixo Cotinguiba**. Dissertação defendida no NPGeo/UFS, São Cristóvão/ SE, 2007.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**, Trad. Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi, 2^a Ed, São Paulo: Edusp, 2003.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.